



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Juiz

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/23

Aos 12 dias do mês de março do ano de 2024, registram-se os preços da Empresa **JMV DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS E PRODUTOS EM GERAL LTDA**, com sede na Rua 10 de Junho, Nº 79, Apto 101, Centro, Sumidouro/RJ, CEP: 28.637-000, inscrita no CNPJ sob o nº 45.601.229./0001.10, neste ato representada pelo Sr. Marcio Couto Teixeira De Carvalho Barbosa, portador da carteira de Identidade nº 0206130726, órgão expedidor DIC/RJ, CPF nº 111.232.707-08. Constitui objeto desta Licitação o Registro de eventual e futura aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e da Secretaria Municipal de Saúde. **Processos Administrativos nºs. 2809/2023 e 2770/2023**. Integram esta Ata de Registro de Preços o Termo de Proposta Comercial – Anexo II, independente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
1.	ABACAXI , fresca, frutos no ponto de maturação, aroma e sabor da espécie, sem fermentos ou defeitos, firmes e com brilho, tamanho médio.	Unidade	165	7,84
18.	ARROZ BRANCO , Tipo I, classe longo fino, sub-grupo polido, 100% grãos nobres, 0% de colesterol e de gorduras trans, rico em vitaminas (Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.)	Pacote 5 kg	450	21,96
26.	BANANA PRATA , pencas com frutos maduros, de tamanho médio, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem fermentos ou defeitos, firmes e com brilho	Kg	590	4,74
49.	BOMBOM , Chocolate preto, com recheio, sabor castanha de caju.	Embalagem 1 kg	100	36,99
69.	CARNE DE PEIXE FILÉ , filé de peixe Merluza, congelado, limpo, sem pele, sem espinhas, sem sujidades, (O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara, o registro do SIF,	Kg	230	33,35

(Assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	identificação completa do produto, data de fabricação e prazo de validade para consumo)			
79.	COCADA BRANCA	Pote com 50 unidades.	14	26,05
86.	DOCE DE ABÓBORA , com coco	Pote com 50 unidades	14	32,67
105.	FÍGADO , fígado bovino fresco, cor avermelhada, cortado em bife	Kg	80	16,97
106.	FILEZINHO DE FRANGO EMPANADO , tipo sassami, elaborado a partir do corte mais nobre do peito do frango (sassami), os filés são congelados um a um, pré-fritos, cozidos e congelados, ingredientes: carne de frango, água (16%), farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, amido, sal, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, proteína de soja, especiarias (cebola em pó, alho em pó, salsa em flocos, aipo em pó e pimenta preta), carne de frango desidratada em pó, condimento preparado sabor galinha, aromatizantes (óleo resina de pimenta preta e óleo de orégano), estabilizante tripolifosfato de sódio (INS 451i), realçador de sabor glutamato monossódico (INS 621), espessantes goma guar (INS 412) e goma xantana (INS 415), antioxidante isoascorbato de sódio (INS 316), acidulante ácido cítrico (INS 330), corantes naturais urucum (INS 160b) e cúrcuma (INS 100), contém Glúten	Kg	70	22,79
107.	FÓSFORO , madeira, curto	Caixa com 50 unidades	200	3,35
124.	LIMÃO THAITY , maduro, tamanho médio, sem fermentos ou defeitos, firmes e com brilho.	Kg	200	5,59
146.	MINI PIZZA , congelada, recheada	Unidade	1000	3,94



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	com molho de tomate, queijo, mussarela, orégano, formato pequeno 90g unidade.			
147.	MINI CHURROS , congelado, recheado com doce de leite, formato pequeno, 20g unidade.	Unidade	1000	1,18
170.	PÃO SÍRIO, tradicional	Pacote com 12 unidades	100	20,50
172.	PATÊ , tipo sachê, <i>sabor presunto</i> , composição: pernil, água, margarina, gordura suína, amido, ovo em pó, sal, maltodextrina, condimento natural, proteína vegetal, hidrolisada, realçador de sabor, glutamato monossódico (INS 621), estabilizante polifosfato de sódio (INS 452), antioxidante eritobato de sódio (INS 316) e conservador nitrito de sódio (INS 250), corante natural carmim (INS 120).	Sachê 100g	400	5,06
173.	PATÊ , tipo sachê, <i>sabor frango</i> , composição: pernil, água, margarina, gordura suína, amido, ovo em pó, sal, maltodextrina, condimento natural, proteína vegetal, hidrolisada, realçador de sabor, glutamato monossódico (INS 621), estabilizante polifosfato de sódio (INS 452), antioxidante eritobato de sódio (INS 316) e conservador nitrito de sódio (INS 250), corante natural carmim (INS 120).	Sachê 100g	400	4,53
174.	PÉ DE MOLEQUE , crocante, mistura de amendoim torrado com rapadura, grãos inteiros e selecionados, não contém Glúten, embalados um a um	Pote com 50 unidades	24	19,90
176.	PINGO DE LEITE , doce de leite	Pote com 50 unidades	14	24,78
179.	PICOLÉ , sabores variados, 60g.	Unidade	800	1,11
184.	PRESUNTO , pernil suíno, cozido, sem capa de gordura, fatiado	KG	470	20,77
185.	QUEIJO MINAS FRESCAL , 55% a 58% de umidade, 17% a 19% de	Kg	400	34,13



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

	gordura, teor de sal variado entre 1,4% e 1,6%, pH entre 5,0 e 5,3.			
186.	QUEIJO , tipo MUSSARELA , fatiado, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado, umidade máxima 58% p/p e lipídio de leite mínimo 28% p/p, com registro no SIF ou SISP	KG	470	39,89
188.	QUEIJO PARMESÃO , queijo parmesão ralado, elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado, umidade máxima 58% p/p e lipídeo de leite mínimo 28% p/p, com registro SIF ou SISP.	Kg	20	56,66
190.	REFRIGERANTE DE COLA	Garrafa 2,25 lt	45	8,97
196.	REQUEIJÃO CREMOSO	Embalagem 300g	400	7,89
212.	SUCO DE MANGA , suco concentrado de manga, fonte natural de Vitaminas	Garrafa com 1 litro	100	5,99
215.	SUCO DE MARACUJÁ , suco concentrado de maracujá, fonte natural de Vitaminas	Garrafa com 1 litro	100	9,79
219.	SUCO DE UVA , natural, a base de polpa, pronto para beber.	Caixa de 1 Litros	500	4,19
224.	TEMPERO COENTRO , coentro 100% em pó	Pacote com 10 g	25	2,81

Handwritten signature

1 - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	SEC. REQUISITANTE
1.	ABACAXI , fresca, frutos no ponto de maturação, aroma e sabor da espécie, sem fermentos ou defeitos, firmes	Unidade	11	165	SMS - 65 SMASDH - 100

Handwritten mark



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	e com brilho, tamanho médio.				
18.	ARROZ BRANCO , Tipo I, classe longo fino, sub-grupo polido, 100% grãos nobres, 0% de colesterol e de gorduras trans, rico em vitaminas (Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.)	Pacote 5 kg	11	450	SMS - 350 SMASDH - 100
26.	BANANA PRATA , pencas com frutos maduros, de tamanho médio, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho	Kg	6	590	SMS - 240 SMASDH - 350
49.	BOMBOM, Chocolate preto, com recheio, sabor castanha de caju.	Embalagem 1 kg	05	100	SMASDH - 100
69.	CARNE DE PEIXE FILÉ , filé de peixe Merluza, congelado, limpo, sem pele, sem espinhas, sem sujidades, (O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara, o registro do SIF, identificação completa do produto, data de fabricação e prazo de validade para consumo)	Kg	6	230	SMS - 200 SMASDH - 30
79.	COCADA BRANCA	Pote com 50 unidades	5	14	SMASDH - 14
86.	DOCE DE ABÓBORA , com coco	Pote com 50 unidades	05	14	SMASDH - 14
105.	FÍGADO , fígado bovino fresco, cor avermelhada,	Kg	1	80	SMS - 80



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	cortado em bife				
106.	FILEZINHO DE FRANGO EMPANADO , tipo sassami, elaborado a partir do corte mais nobre do peito do frango (sassami), os filés são congelados um a um, pré-fritos, cozidos e congelados, ingredientes: carne de frango, água (16%), farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, amido, sal, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, proteína de soja, especiarias (cebola em pó, alho em pó, salsa em flocos, aipo em pó e pimenta preta), carne de frango desidratada em pó, condimento preparado sabor galinha, aromatizantes (óleo resina de pimenta preta e óleo de orégano), estabilizante tripolifosfato de sódio (INS 451i), realçador de sabor glutamato monossódico (INS 621), espessantes goma guar (INS 412) e goma xantana (INS 415), antioxidante isoascorbato de sódio (INS 316), acidulante ácido cítrico (INS 330), corantes naturais urucum (INS 160b) e cúrcuma (INS 100), contém Glúten	Kg	1	70	SMS - 70
107.	FÓSFORO , madeira, curto	Caixa com 50 unidades	10	200	SMASDH - 200
124.	LIMÃO THAITY , maduro, tamanho médio, sem ferimentos ou defeitos, firmes	Kg	05	200	SMASDH - 200



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	e com brilho.				
146.	MINI PIZZA , congelada, recheada com molho de tomate, queijo, mussarela, orégano, formato pequeno 90g unidade.	Unidade	50	1000	SMASDH - 1000
147.	MINI CHURROS , congelado, recheado com doce de leite, formato pequeno, 20g unidade.	Unidade	50	1000	SMASDH - 1000
170.	PÃO SÍRIO, tradicional	Pacote com 12 unidades	01	100	SMASDH - 100
172.	PATÊ , tipo sachê, <i>sabor presunto</i> , composição: pernil, água, margarina, gordura suína, amido, ovo em pó, sal, maltodextrina, condimento natural, proteína vegetal, hidrolisada, realçador de sabor, glutamato monossódico (INS 621), estabilizante polifosfato de sódio (INS 452), antioxidante eritobato de sódio (INS 316) e conservador nitrito de sódio (INS 250), corante natural carmim (INS 120).	Sachê 100g	10	400	SMASDH - 400
173.	PATÊ , tipo sachê, <i>sabor frango</i> , composição: pernil, água, margarina, gordura suína, amido, ovo em pó, sal, maltodextrina, condimento natural, proteína vegetal, hidrolisada, realçador de sabor, glutamato monossódico (INS 621), estabilizante polifosfato de sódio (INS 452), antioxidante eritobato de sódio (INS 316) e conservador nitrito de sódio (INS 250), corante natural	Sachê 100g	10	400	SMASDH - 400



SECRETARIA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	carmim (INS 120).				
174.	PÉ DE MOLEQUE , crocante, mistura de amendoim torrado com rapadura, grãos inteiros e selecionados, não contém Glúten, embalados um a um	Pote com 50 unidades	6	24	SMS - 10 SMASDH - 14
176.	PINGO DE LEITE , doce de leite	Pote com 50 unidades	5	14	SMASDH - 14
179.	PICOLÉ , sabores variados, 60g.	Unidade	10	800	SMASDH - 800
184.	PRESUNTO , pernil suíno, cozido, sem capa de gordura, fatiado	KG	11	470	SMS - 70 SMASDH - 400
185.	QUEIJO MINAS FRESCAL , 55% a 58% de umidade, 17% a 19% de gordura, teor de sal variado entre 1,4% e 1,6%, pH entre 5,0 e 5,3.	Kg	10	400	SMASDH - 400
186.	QUEIJO , tipo MUSSARELA , fatiado, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado, umidade máxima 58% p/p e lipídio de leite mínimo 28% p/p, com registro no SIF ou SISP	KG	11	470	SMS - 70 SMASDH - 400
188.	QUEIJO PARMESÃO , queijo parmesão ralado, elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado, umidade máxima 58% p/p e lipídeo de	Kg	1	20	SMASDH - 20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

	leite mínimo 28% p/p, com registro SIF ou SISP.				
190.	REFRIGERANTE DE COLA	Garrafa 2,25 lt	1	45	SMS - 45
196.	REQUEIJÃO CREMOSO	Embalagem 300g	50	400	SMASDH - 400
212.	SUCO DE MANGA , suco concentrado de manga, fonte natural de Vitaminas	Garrafa com 1 litro	1	100	SMS - 100
215.	SUCO DE MARACUJÁ , suco concentrado de maracujá, fonte natural de Vitaminas	Garrafa com 1 litro	1	100	SMS - 100
219.	SUCO DE UVA , natural, a base de polpa, pronto para beber.	Caixa de 1 Litros	10	500	SMASDH - 500
224.	TEMPERO COENTRO , coentro 100% em pó	Pacote com 10 g	1	25	SMS - 25

2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de validade.

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

2.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em até 24h (vinte e quatro horas), o objeto com avarias ou defeitos;

2.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos,



encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.

2.1.10 – Comunicar oficialmente à Administração com prazo mínimo 30 dias de antecedência, caso a CONTRATADA queira se desobrigar do fornecimento, devendo cumprir todas as obrigações e atender as ordens de fornecimento expedidas nesse período;

2.1.11 - Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005;

2.1.12 - A entrega dos produtos deverá ser acompanhada de notas fiscais em 02 (duas) vias, discriminando os produtos de acordo com o empenho e os dados bancários para pagamento.

2.1.12.1 - Em relação ao produto Pão francês da tabela de “Detalhamento do Objeto”, referente ao quantitativo solicitado pela Coordenação de Saúde Mental – SMS, a entrega do mesmo deverá ser feita todos os dias da semana, quando solicitado pela Coordenação, exceto aos sábados, os domingos, feriados nacionais, estaduais e municipais, até o horário de 8h30min da manhã, com a quantidade estipulada na nota de empenho.

2.1.12.2 – Para os produtos não perecíveis, independente de qual secretaria, será exigida validade mínima de 12 (doze) meses, a partir da entrega;

2.1.12.3 – Para produtos perecíveis, independente de qual secretaria, será exigida validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da entrega.

3 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

3.1.1 – Emitir a ordem de fornecimento e recebimento do objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;

3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

4.1 – A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

4.2 – Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

fornecimento, em prazo máximo de 05(cinco) dias úteis após o recebimento desta, nos seguintes endereços:

4.2.1 - **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DIREITOS HUMANOS** - Sede da Secretaria, situada a Rua Miguel de Carvalho, nº 158, Centro – Bom Jardim – RJ – CEP 28660-000, porém para atender as demandas dos grupos dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo e secretaria, a as demandas da Casa Lar Municipal Áurea Rodrigues Erthal, as entregas deverão ser feitas em seu endereço, situado a Estrada do Rosário, s/n, Banquete, Bom Jardim/RJ, sempre de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 17h, situação que será devidamente informada na ordem de fornecimento.

4.2.2 - **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** – Os itens deverão ser entregues de acordo com a quantidade solicitada pelo setor competente, através da ordem de fornecimento, das 8h às 10h, sempre às segundas feiras, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Bom Jardim, nesses casos de feriados a entrega deve acontecer no próximo dia útil, no mesmo horário.

4.2.3- A entrega dos produtos deverá ser acompanhada de notas fiscais em 02 (duas) vias, discriminando os produtos de acordo com o empenho e os dados bancários para pagamento.

4.2.4- Em relação ao produto Pão francês da tabela de “Detalhamento do Objeto”, a entrega do mesmo deverá ser feita todos os dias da semana, quando solicitado pela Coordenação, exceto aos sábados, os domingos, feriados nacionais, estaduais e municipais, até de 8h30min da manhã, com a quantidade estipulada na nota de empenho.

4.2.5- O endereço para entrega será na unidade do Centro de atenção Psicossocial (CAPS), localizado na Av. Walter Vendas Rodrigues, 188 – Campo Belo – Bom Jardim, RJ. Tel: (22) 2566-6832 ou na nova Sede do CAPS, Rua Luiz Correa, nº 04 – Centro, Bom Jardim / RJ, conforme informado na ordem de fornecimento.

4.3 – O prazo para conclusão do fornecimento dos bens requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação, desde que ocorra fato superveniente ou de força maior devidamente comprovado e autorizado pela fiscalização do contrato.

4.4 – Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta.

4.5 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 – Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

4.7 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

5.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.



5.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

5.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

5.4 – Fica facultado à Administração comunicar à Contratada, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, caso os métodos usuais não sejam efetivos, sem prejuízo do previsto no item anterior.

6 – GESTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

6.1 – O gerenciamento da ata de registro de preço será de responsabilidade dos seguintes órgãos e gestores, referentes às suas cotas partes:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos: Renata Ferreira da Costa, CPF nº 104.498.937-82;

Secretaria Municipal de Saúde: Max de lima Cariello, CPF nº. 003.184.107-45;

6.2 – Compete ao órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços:

6.2.1 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

6.2.2 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

6.2.3 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

6.2.4 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

6.2.5 – Aplicar sanções por descumprimento contratual;

6.2.6 – Requerer e/ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

6.2.7 – Cancelar o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los (vide item 12.4).

6.2.8 – Revogar a ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

6.2.9 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;

6.2.10 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

6.2.11 – Gerenciar, planejar e realizar comunicações relativas às pesquisas de mercado periódicas, em tempo hábil para observância ao prazo não superior de 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

6.2.11.1 – Entende-se como tempo hábil o prazo mínimo de 90 dias (noventa) de antecedência ao prazo máximo previsto no item 6.2.11.

6.3 – O rol dos órgãos participantes, suas respectivas cotas e atribuições, constam no item 1.2, deste Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

6.4 – Não será admitida a adesão de outras Secretarias Municipais que não participaram da presente licitação.

7 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

7.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato os servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

- Andressa Pereira Cunha, Matrícula 41/7023, CPF n.º 119.833.257-32;

- Virginia dos Santos Hoelz, Matrícula n.º 10/6404, CPF n.º 879.507.237-34.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Noemia Herdy Perez, Matrícula n.º 10/6211 – SMS, CPF n.º 968.205.277-72;

- Marina Pimentel Machado, Matrícula n.º 4039-8 – SMS, CPF n.º 115.383.077-90.

7.2 – Compete à fiscalização do contrato:

7.2.1 - Os fiscalizadores das respectivas Secretarias determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados à aquisição, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;

7.2.2 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

7.2.3 - Verificar pessoalmente e espontaneamente a entrega dos bens, recebendo-os após sua conclusão;

7.2.4 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

7.2.5 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.6 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

7.2.7 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens fornecidos;

7.2.8 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.9 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

7.2.10 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

8 – FORMA DE PAGAMENTO

8.1 – O CONTRATANTE terá:

8.1.1 – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

8.1.2 – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

8.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 03.802.344/0001-02, Rua Miguel de Carvalho, 158 – Centro – Bom Jardim/RJ, CEP: 28660-000, referente à cota parte da Secretaria de Ass. Social e Dir. Humanos; do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.867.889/0001-25, Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro, Bom Jardim/RJ, referente à cota parte da Secretaria de Saúde, porém em notas fiscais separadas por Secretaria, e que deverá conter no corpo da nota o número do empenho e do Processo Administrativo referente à Secretaria correspondente; devendo constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência, conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023 e na Instrução Normativa da RFB nº. 1.234, de 12 de dezembro de 2012.

8.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

8.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

8.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

8.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

8.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

8.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;

8.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

8.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;

8.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

8.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

8.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;

8.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.

8.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.

8.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcelas correspondentes a cada ordem de fornecimento, na forma da legislação vigente.

8.7.1 – Os itens relativos ao fornecimento deverão corresponder, em sua totalidade, aos itens constantes na ordem de fornecimento e na nota de empenho emitida pela Administração, sem qualquer divergência entre estes.

8.7.2 – É vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento em sua totalidade.

8.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

8.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.

8.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

8.11 – É vedado à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

9 – REVISÃO DOS PREÇOS

9.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

9.2 – Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

9.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.4 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.5 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

9.7 – Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

9.8 – Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

9.9 – Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10 – PENALIDADES

10.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- 10.1.1 – Advertência;
- 10.1.2 – Multa(s);
- 10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:
- 10.2.1 – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;
- 10.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;
- 10.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;
- 10.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;
- 10.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.
- 10.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:
- 10.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;
- 10.3.2 – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens em prazo superior a 05 (cinco) dias úteis;
- 10.3.3 – Não completar o fornecimento dos bens.
- 10.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:
- 10.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- 10.4.2 – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 07 (sete) dias úteis.
- 10.4.3 – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.
- 10.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:
- 10.5.1 – Apresentar documentação falsa;
- 10.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;
- 10.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;
- 10.5.4 – Cometer fraude fiscal;
- 10.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.5.6 – Não manter sua proposta;
- 10.5.7 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

incluindo o FGTS, quando cabível.

10.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

10.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

10.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 01 a 50 UNIFBJ;

10.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 05 a 100 UNIFBJ;

10.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 10 a 200 UNIFBJ.

10.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

10.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

10.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

10.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

10.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

10.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não manter a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

10.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

10.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco)



dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

10.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

11 – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – A ata de registro de preços terá duração de 12 (doze) meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada sua prorrogação e com termo inicial de vigência a partir de sua assinatura.

11.2 – As contratações oriundas da ata de registro de preços terão duração idêntica a esta, observados os prazos para fornecimento e pagamento pela Administração.

11.3 – As obrigações disciplinadas na ata de registro de preços e no instrumento convocatório poderão ser alteradas por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;

11.3.2 – Quando necessária a modificação da forma de fornecimento ou da dinâmica de execução, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originais;

11.3.3 – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento;

11.3.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

11.4 – O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.4.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.4.2 – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.4.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

11.4.4 – Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

11.5 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.6 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

11.7 – A ata de registro de preços será revogada quando não restarem fornecedores registrados ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

12-RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

11.1- Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

SECRETARIA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA
Fundo Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos	05.900.08.244.0070.2.088	3.3.90.30.00
Fundo Municipal de Saúde	10.302.0124.2.195	3.3.90.30.00

13 –CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO:

13.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

13.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:

13.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

13.2.2 – por iniciativa da Administração:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

d) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

e) Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

13.2.3 – por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

13.3 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

13.5 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

14 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

14.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

14.1.1 – por decurso de prazo de vigência;

14.1.2 – quando não restarem fornecedores registrados;

14.1.3 – pela Administração, quando caracterizado o interesse público.

15– TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, poderá ser feita através de protocolo ou por meio eletrônico.

16– DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO)

A contratante deverá providenciar no prazo de até 20 dias, contatos da assinatura do presente Contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do Município.

17– CASOS OMISSOS (ART. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

18 – FORO (ART. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, 12 de março de 2024.


**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE**


**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONTRATANTE**

**JMV DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS E
PRODUTOS EM GERAL LTDA
CONTRATADA**

Documento assinado digitalmente
 **MÁRCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBEC**
Data: 11/04/2024 11:17:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHAS: